O INSTITUTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA:

***Sursis* à luz da constituição federal de 1988 e da lei federal nº 9.099/95**

Ana Maria Da Cunha Lisboa

Anderson Honório Da Silva

Francisco Santana Junior

RESUMO

O instituto da Suspensão Condicional da Pena, também conhecido como *sursis* está previsto no Código Penal Brasileiro e objetiva proporcionar ao apenado, que sofrera pena privativa da liberdade, o afastamento do convívio carcerário, desde que ele se enquadre em requisitos legais pré-determinados para tal concessão. Entretanto, esse princípio provoca ambiguidade no meio jurídico, no que tange à subjetividade do condenado ou faculdade do juiz. Apesar disso, o *sursis* é um instituto muito importante no Direito Penal que pode ser uma solução legal para diminuir os problemas enfrentados pelo encarceramento. No Brasil, os presídios são lotados e o Estado gasta muitos recursos para mantê-los, sendo que nem sempre é ideal e a melhor alternativa privar a liberdade de um infrator que cometeu pequenos delitos. Considerando esse contexto e problemática, o objetivo deste artigo foi realizar uma revisão bibliográfica acerca do *sursis* expondo seus principais conceitos e teorias para que possa ser utilizado como apoio teórico no Direito Penal. Assim, encontra-se soluções melhores e mais adequadas para melhor o atual cenário do sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: *Sursis*. Presunção de Inocência. Pena. Presídios.

1. INTRODUÇÃO

A população carcerária brasileiro tem aumentado nos últimos anos devido, principalmente, ao aumento da criminalidade, sendo que o Brasil ocupou, em 2016, o terceiro lugar neste quesito, totalizando 711.463 detentos, conforme o Conselho Nacional de Justiça. Entretanto, nem sempre é viável manter uma

pessoa presa como solução, uma vez que o Estado gasta elevados recursos e nem sempre as circunstâncias pessoais do apenado justifica o encarceramento (CAMARGO, 2006).

Considerando o Direito Penal brasileiro, a suspensão condicional do processo, que foi um instituto originado em 1995 com a Lei nº 9.099, permitiu discutir e inovar no âmbito jurídico e, especificamente, no processo penal brasileiro. Ficou estabelecido diversas condições que precisam ser preenchidas pelo réu para que ele pudesse usufruir do “benefício” permitido pela suspensão processual durante um período de tempo, denominado “período de prova” (CALDAS, 2014).

Nesse sentido, o réu não vai para na prisão, evitando que o número de presos, que já é grande, aumente ainda mais, provocando mais problemas para o Estado. Além disso, pessoas que cometem pequenos delitos, caso sejam presas, podem se prejudicar ainda mais dentro de uma prisão cheia de presos perigosos e, assim, perde-se o objetivo da condenação que é a ressocialização (ESTEFAM, 2012).

Considerando esta problemática, este trabalho possui como temática o Instituto da Suspensão Condicional da Pena (*Sursis*), frente à Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal n.º 9.099/95. Será realizada uma revisão bibliográfica acerca da suspensão condicional da pena frente o ordenamento jurídico brasileiro, verificando que são direitos e deveres do apenado para que ele possa usufruir do chamado “*sursis*”. Além disso, serão expostos conceitos referentes a esse instituto, bem como o princípio da presunção da inocência, expondo, também, uma breve leitura acerca da realidade do encarceramento brasileiro.

2. A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA OU *SURSIS*

A suspensão condicional da pena, também denominado *Sursis* ou, ainda, *sursis* penal é uma medida criada pelo poder legislativo que objetiva a redução dos males provocados pelo encarceramento. Considerando que, em todos os objetivos da pena, ocorre falência do sistema prisional, não evitando crimes e nem ensejando a ressocialização, mas que pode aumentar a reincidência. Assim, a

suspensão condicional da pena é ação através da qual o juiz, ao condenar o réu primário, que não demonstra perigo, à detentiva de curta duração, suspende a execução da pena. Assim, o sentenciado fica em liberdade sob condições pré-determinadas (TEIXEIRA, 2006; ESTEFAM, 2012).

Nesse sentido, a *sursis* constitui uma substituição penal que impede a execução da pena privativa de liberdade aplicada que é decidida pelo juiz na sentença criminal, evitando, então, os gargalos de uma prisão. Alegando, ainda, que o instituto pode extinguir a pena privativa de liberdade de forma incorreta em alguns casos, o *sursis* pode ser revogado quando ocorre descumprimento das condições impostas. Assim, o condenado tende a cumprir por inteiro a sua pena privativa de liberdade que fora dada com sua execução suspensa (SANTOS, 2005).

Na doutrina brasileira, observa-se no instituto em exame um direito público que é subjetivo do condenado porque quando os requisitos são preenchidos, torna-se obrigatória a concessão (GOMES, 1977). Considerando outros países, o instituto é uma novidade no direito penal brasileiro e essa medida é aplicada depois da proferida condenação do apenado. Em contrapartida ao Brasil, por exemplo, o modelo Anglo-americano, denominado *probation system*, o juiz declara o réu culpado, porém não o condena (SANCHES, 2013).

É importante diferenciar o instituto do *sursis* penal e o processual. O *sursis* penal é para condenações que a pena não ultrapasse os dois anos, via de regra. Já o *sursis* processual é para apenados cuja pena mínima não exceda um ano. Além disso, este último tem como pressuposto a denúncia ou queixa recebida enquanto o penal tem a sentença condenatória (ROCHA, 2000; CALDAS, 2014). Em relação aos seus efeitos, o *sursis* penal suspende a execução da pena que pode induzir reincidência enquanto o *sursis* processual suspende o processo. Neste último caso, se o condenado cometer um novo crime, será considerado réu primário.

Na doutrina majoritária, existem quatro tipos de *sursis* prelecionados (QUEIROZ, 2008):

1. Simples que está previsto no artigo 77 do código penal;
2. Especial regulado no artigo 78, §2º, do código penal;

3. Etário, resultado da emenda legislativa Lei nº 7.209 de 1984 e está alinhado aos atuais princípios de política criminal, favorecendo o indivíduo com mais de setenta anos de idade.
4. Humanitário, denominados por muitos como novo *sursis*, que foi acrescentado pela Lei nº 9.714/98. Este mostra que questões relacionadas à saúde humana podem influenciar que o *sursis* seja concedido, mas apenas para penas superior a quatro anos e não importa a idade do condenado.

É importante ressaltar que existe uma doutrina que diz que o *sursis* etário e humanitário têm as mesmas condições do simples e especial e, portanto, existem apenas esses dois tipos de *sursis*. Afirmam que não condições distintas para sua obtenção. De qualquer forma, a pena precisa ser privativa de liberdade, independente do tipo, para que possa ser substituída (PRADO, 2015).

Os requisitos necessários para conceder o *sursis* são divididos em objetivos e subjetivos (Tabela 1 e 2). Existem situações consideradas excepcionais que o Código Penal Brasileiro, assim como leis especiais, faz com que o *sursis* possa valer em penas superiores a dois anos. Em caso, de apenados septuagenários na época na qual foi proferida a sentença ou acórdão e dos que tenham problemas de saúde, pode-se condenar até quatro anos. Já no que tange a crimes ambientais, admite-se penas iguais ou menores que três anos (NORONHA, 2012).

É importante destacar que nem todas circunstâncias pessoais do apenado precisam ser favoráveis, como ocorre nos casos de *sursis* especial, para que seja concedido o benefício, uma vez que o juiz irá analisar todo o contexto do crime e os aspectos pessoais do indivíduo. Neste ponto, no entanto, é importante que as circunstâncias não sejam tão desfavoráveis a ponto de provocar dúvidas no magistrado. Dúvidas estas baseadas na chance de o sentenciado cometer crime novamente (MIRABETE, 2015; GONÇALVES, 2016).

Tabela 1. REQUISITOS OBJETIVOS PARA CONCESSÃO DO *SURISIS*

OBJETIVOS	
Qualidade da pena	a pena somente poderá ser a privativa de liberdade, isto é, reclusão ou detenção, no caso de crime, ou prisão simples, em se tratando de contravenção penal.
Quantidade da pena	a pena final imputada ao sentenciado não pode ser superior a dois anos de reclusão, detenção ou prisão simples.
Inaplicabilidade de penas restritivas de direitos:	analisando o caso concreto, o juiz deverá observar se a pena restritiva de direitos é indicada ou cabível. A suspensão condicional da pena, por ser menos favorável ao apenado, fica afastada no caso de ocorrência da pena restritiva de direitos, tendo em vista que no <i>sursis</i> existe uma série de condições a serem obedecidas pelo condenado.

FONTE: Adaptado de MIRABETE (2015)

Por fim, uma vez que o *sursis* é um benefício dado ao apenado, ele não precisa aceitar de forma obrigatória e, portanto, tem a oportunidade de renunciar ao direito na audiência de advertência ou durante o período de prova. Compreende-se como período de prova o período de tempo que o apenado ficará sob observação quando a execução da pena privativa de liberdade for suspensa. Nesse sentido, garante-se a liberdade de cumprir de forma efetiva as condições que foram impostas ao apenado pelo magistrado (ISHIDA, 2003; LIMA, 2012).

Tabela 2. REQUISITOS SUBJETIVOS PARA CONCESSÃO DO *SURSIS*

SUBJETIVOS	
Não reincidência em crime doloso	para que a suspensão condicional da pena seja concedida, é imprescindível que o apenado não seja reincidente em crime doloso. Sendo assim, uma eventual condenação por crime culposo ou pena de multa não obsta a concessão do <i>sursis</i> .
Condições e circunstâncias pessoais do sentenciado	é essencial analisar a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias do crime para que seja autorizada a concessão do benefício. o magistrado vai tentar fazer uma previsão futura da conduta do apenado, que, se favorável autorizará a suspensão da execução da pena imposta, mediante o cumprimento de determinadas condições.

FONTE: Adaptado de MIRABETE (2015)

3. A Lei Federal nº 9.099/95 e o *sursis* atualmente

A aplicação do direito penal como a única forma para compor os conflitos sociais tornou-se ineficaz com o passar dos anos. Assim, foi necessária uma nova ótica para Justiça Criminal. Nesse sentido, a Constituição Federal carecia de conformação pelo legislador e, alguns estados brasileiros, foram pioneiros através de leis estaduais referentes a infrações de menor potencial ofensivo. No entanto, essas leis indicavam flagrante inconstitucionalidade, uma vez que usurparam competência exclusiva da união (ROCHA, 2000; MIRABETE, 2015).

Nesse contexto, surgiu no Brasil uma lei inovadora que provocou surpresa na doutrina doméstica. Era um modelo consensual de justiça que bateu de frente com a largamente contestada legislação conservadora que operava e que estava firmada na obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal pública. Essas novidades estão na Lei nº 9.099 de 1995 e eram muitas: tornou-se possível

realizar denúncias de forma oral, dispensa de inquérito policial, buscar de forma prioritária a composição civil, a pena alternativa consentida pelo agente, valorizar a pessoa da vítima, procedimento sumaríssimo, entre outros. Dessa forma, desburocratizou-se a máquina judiciária através da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (PRADO, 2015).

A lei também trouxe quatro medidas despenalizadoras: 1. A composição civil nas infrações de menor potencial ofensivo. 2. Também previa a aplicação imediata de pena alternativa, quando não houver composição civil ou em se tratando de ação penal pública incondicionada. 3. Começou a ser necessário que a vítima representasse as lesões corporais culposas ou leves. 4. Em casos de crimes que possuem pena mínima não superior a um ano, há suspensão condicional do processo (GONÇALVES, 2016).

A Lei nº 9.099/95, em suma, disciplinou a competência dos Juizados Especiais Criminais à conciliação, o julgamento e execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. Nesse sentido, ficaram compreendidas as contravenções penais e os crimes a que a lei cominasse pena máxima não superior a um ano, exceto as situações em que fosse previsto um procedimento especial. Tudo isso objetiva desafogar a Justiça Criminal, dando-lhe agilidade e economia para aplicação nos julgamentos dos crimes menores.

4. O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Muito conhecido sob o âmbito internacional, o princípio da Presunção de Inocência vem dos postulados fundamentais que presidiram a reforma de um sistema repressivo notável durante a revolução liberal do século XVIII. Alguns autores dizem que esse princípio é uma versão mais técnica do clássico *in dubio pro reo*, apesar que a origem deste tende a ser romana com influências do Cristianismos (CATENA, 2015).

A Declaração de Direitos do Homem e Cidadão consagrou o princípio da Presunção de Inocência em 1789. No art. 9º estava proclamado o seu duplo significado que fora idealizado pela Assembleia Nacional Francesa. Por um lado,

como regra processual, dizia que o acusado não tem obrigação de fornecer provas de sua inocência, a qual é presumida. Por outro lado, há a regra de tratamento que impede a adoção de medidas restritivas da liberdade do acusado, mas que tinha ressalvas aos casos de absoluta necessidade (CHAVES, 2012).

Nesse contexto, o apelo à Presunção de Inocência veio como resposta às exigências iluministas, dada como direito natural, inalienável e sagrado do homem, que dizia que melhor era absolver um culpado que condenar um inocente. Na última instância, pedia-se pela substituição do procedimento inquisitório do *ancien régime* por um processo penal que assegurasse a legalidade das tais punições, assim como a igualdade entre defesa e acusação (RIBEIRO, 2009).

Esse princípio foi disseminado logo após a Segunda Guerra Mundial, levando embasamento jurídico-liberal e foi recebido por importantes diplomas jurídicos internacionais, afirmando os valores que fundamentam a pessoa humana. A partir de 1948, então, através da Organização das Nações Unidas (ONU), toda e qualquer pessoa que fosse acusada de um crime, teria direito a que se presume sua inocência até que houvesse prova de sua culpa, considerando a lei e em juízo público que assegurava todas as garantias necessárias à defesa. Assim, o princípio se relacionou, então, à efetividade do direito e à tutela jurisdicional (SÁ, 2010).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 erigiu o princípio da Presunção de Inocência a dogma e ficou previsto no rol dos direitos humanos e garantias fundamentais. Apesar de o Brasil ter aderido à Declaração Universal de Direitos de 1948, muitos estudiosos afirmam que o direito brasileiro não respeitava muito o princípio. Nesse sentido, não houve reformas processuais que objetivavam amoldar o diploma processual brasileiro penal e, assim, concluiu-se que adesão do Representante brasileiro frente à ONU foi puramente poética e lírica e com um pouco de “demagogia diplomática”. Mas com a Constituição Federal de 1988, isso mudou (SALIBA, 2009).

Ressalta-se que o texto da constituinte de 1988 que dizia que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (...)” foi inspirado na Constituição Italiana de 1948. Assim, houve um distanciamento da Constituição Portuguesa de 1976 e da Espanhola de 1978, as

quais se referiam explicitamente à Presunção de Inocência. A Lei Maior brasileira não utilizou, de forma expressa, a locução, permitindo uma interpretação ambígua sobre o preceito constitucional (SALIBA, 2009).

Com a nova Lei nº 13.964 de 2019, no entanto, algumas alterações foram realizadas. Assim, o Ministério Público passa a ter a obrigação de provar a origem ilícita dos recursos, alteração que ocorreu para crimes com pena máxima a 6 anos. Nessas situações, o juiz pode pressupor que é produto do crime toda a parcela do patrimônio do condenado incompatível com seu rendimento lícito. Isso garante a ele o direito de provar o contrário (CATENA, 2015).

Além disso, o ônus da prova passou a ser invertido com a nova lei, pois impõe ao condenado o dever de demonstrar a origem legal de seus bens, uma vez que o princípio da presunção da inocência impõe ao Estado a obrigação de provas fatos que justifiquem a intervenção estatal na liberdade e no patrimônio do apenado. A falta de provas sobre a origem legal ou ilegal dos bens do réu deveria presumir sua legitimidade e não o contrário (GONÇALVES, 2016).

5. A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Estudos comprovam que a maioria dos presidiários brasileiros são jovens de baixa renda, baixa escolaridade e pertencentes ao mercado informal. Além disso, é o mesmo grupo que é excluído socialmente, mostrando que existe uma relação entre o sistema capitalista vigente e a forma como ele exclui economicamente parte da população, mantendo a sociedade em uma estrutura vertical. Assim, o sistema prisional é consequência do modelo vigente. A questão da raça também é um fator importante, mostrando que, no estado do Rio de Janeiro, 60,6% das pessoas são brancas e 38,8% são negras e pardas. Mas no sistema prisional isso é totalmente invertido: 59,3% são negros e mulatos e 40,7% são brancos. Aqui, queremos mostrar apenas que é um ponto importante a considerar e não traçando uma relação causal dentre cor e criminalidade (RABELO, 2011).

Uma vez que o preso sai desse sistema, ele sofre um processo de estigmatização, através da qual, atuando como elemento transformador da

identidade social dos presos. Além disso, o preso pode sofrer um fenômeno chamado de desculturação, o que o faz perder a capacidade de viver em liberdade, perde o senso de responsabilidade sobre si próprio em relação aos aspectos socioeconômicos (CAMARGO, 2006; MIGUEL, 2013).

A sociedade justifica a forma como os sistemas prisionais funciona alegando que o sistema vigente funciona bem ao impedir que as pessoas cometam crimes, mesmo que sistema ruim não dê medo nas pessoas de serem presas nele. Mas isso não é verdade. Ao contrário, o número de presos só tem aumentando nos últimos anos (MACHADO, 2014).

Nesse sentido, acabamos com uma sociedade mais violenta, uma vez que o sistema carcerário se transformou em um lugar no qual criminosos se organizam e presos se tornam cada vez mais perigosos, impedindo a ressocialização de condenados. Assim, tem-se uma reincidência alta quando o preso tem sua liberdade de volta (GOMES, 2012; FERNADES & RICGHETTO, 2013).

Assim, muitas pessoas que cometem crimes menores são amparadas pelo instituto do *sursis* para que não tenham sua liberdade tomada (ASSIS, 2007). Já que ir presa pode fazer com que o apenado se torne cada perigoso, aumentando o número de presos e gastos do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido notoriamente que os ambientes carcerários não são sempre ideais para que um infrator se recupere. Desse modo, as penas privativas de liberdade de curta duração produzem resultados distintos do que se espera, isto é, a reabilitação do infrator pode ser prejudicada devido ao convívio carcerário, mesmo que seja pequeno, vivendo com criminosos da mais alta periculosidade e sem expectativa de recuperação perante à sociedade.

Nesse contexto importante, as medidas como adotar a suspensão condicional da pena tornam-se uma necessidade, uma vez que o sistema penitenciário do Brasil não comporta a população carcerária e também não consegue atingir o que almeja de verdade, ou seja, recuperação do apenado para ressocializar perante a sociedade.

Assim, o *sursis* possui, como visto, caráter preventivo e repressivo, não permitindo o convívio do pequeno infrator com outros, o que evita que a cela de uma prisão se torna em uma escola de crime. Entretanto, devido à ampliação das penas restritivas de direitos, que foi implementada pela Lei 9.714/98, tornou-se esvaziada a suspensão condicional da pena. Ela tornou apenas utilizada e apenas algumas situações, como violência doméstica, cuja pena é menor (3 meses a 3 anos).

É importante ressaltar que o *sursis* não é base apenas para suspender a execução de uma pena privativa de liberdade, mas para uma mudança de como o condenado cumpre sua pena suspensa. Afinal, a pena é executada, de fato, no primeiro ano da suspensão, quando é pena restritiva de direitos.

A concessão do *sursis*, mesmo permitindo interpretação diversa, é um direito subjetivo do sentenciado, considerando que, se ele cumprir todos os requisitos previstos na Lei, ele terá assegurado o direito de ter a execução de sua pena privativa de liberdade suspensa. Contudo, ressalta-se que o direito de usufruir desse instituto penal requer do condenado algumas condições que precisam ser cumpridas. E isso está previsto no ordenamento jurídico.

Desse modo, este trabalho objetivou explorar os conceitos relacionados ao Instituto da Suspensão Condicional da Pena, o *sursis*, compreendendo sua importância no que tange ao princípio da Presunção de Inocência amparados pela Constituição Federal de 1988 e regulado novamente pela Lei nº 9.099/95. Compreendendo as teorias e os conceitos envolvidos, é possível entender a necessidade de mudar o cenário atual dos presídios brasileiros, que também foi aqui

Devido à ficha criminal, o preso tem dificuldade de encontrar emprego, não permitindo que após sua liberdade, ele volte a participar de forma ativa da sociedade. Assim, voltamos na questão de que na atual sociedade, toda avaliação social ocorre através do capitalismo e condições econômicas. Neste ponto, o ex-detento encontra-se, novamente, na parte mais baixa da estrutura vertical.

O sistema carcerário não garante tratamento digno aos detentos e aumenta a violência do mundo externo através de organizações criminosas fortes que

vivem lá dentro. Tais organizações surgiram após o aumento da população carcerária e devido às condições de vida precárias que vigoram lá dentro.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. D. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, n. 39, p. 74-78, 2007. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/revcej/article/view/949/1122>. Acesso em: 06/04/2020

CALDAS, F. R. **O sursis como solução eficaz à pena privativa de liberdade**. 2014. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/open-pdf/cj055141.pdf/consult/cj055141.pdf>. Acesso em: 06/04/2020

CAMARGO, V. **Realidade do Sistema Prisional**, 2006. Disponível em: <[http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2971/Realidade-](http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2971/Realidade-dosistema-prisional) dosistema-prisional>. Acesso em: 06/04/2020

CATENA, V. M. Sobre o princípio da presunção de inocência. **Revista CEJ**, n. 67, p. 101-111, 2015. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/revcej/article/view/2070/1972>. Acesso em: 06/04/2020

CHAVES, G. R. G., BARBOSA, N. B. Liberdade de imprensa, direitos de personalidade e presunção de inocência. **Revista Eletrônica do Centro Universitário Newton**, v. 19, 2012. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2013/04/D19-09.pdf>. Acesso em: 06/04/2020.

ESTEFAM, A. **Direito Penal esquematizado: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERNANDES, B. R; RIGHETTO, L. E. C. **O sistema carcerário brasileiro**. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.3, p. 115- 135, 3º Trimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/ricc – ISSN. Acesso em: 08/04/2020

GOMES, L. F. **Presídios da América Latina: "jornada para o inferno"**. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3378, 30set. 2012. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/22715>. Acesso em: 08/04/2020

GOMES, L. F. **Suspensão condicional do processo penal**. 2. ED. SÃO PAULO: RT, 1997.

GONÇALVES, M. V. R. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 6. ed. Saraiva. São Paulo, 2016.

ISHIDA, V. K. **A suspensão condicional do processo**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LIMA, R. B. **Manual de Processo Penal**. 1. ed. Niterói. Impetus, 2012.

MACHADO, N. O; GUIMARÃES, I. S. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc. Acesso em: 06/04/2020

MIGUEL, L. M. S. A norma jurídica e a realidade do sistema carcerário brasileiro. **Revista Habitus**, v. 11. n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11398/8348>. Acesso em: 06/04/2020

MIRABETE, J. F.; FABBRINI, R. **Código Penal Interpretado**. 9 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2015.

NORONHA, E. C. F. **Suspensão condicional do processo penal como instituto de uma política criminal consensual e sua aplicação à pena de multa alternativa à privativa de liberdade**. 2012. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito), Campina Grande, Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

PRADO, L. R. **Comentários ao Código Penal**. 10 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

QUEIROZ, P. **Direito Penal**: parte geral. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

RABELO, C. L. VIEGAS, C. M. de Almeida Rabelo et al. **A privatização do sistema penitenciário brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2960, 9ago. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19719>>.

RIBEIRO, J. A. **Liberdade e cumprimento de pena de presos no sistema carcerário**. Paranaense, 2009

ROCHA, F. A.N. Galvão. **Política criminal**. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2000.

SÁ, A. A. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010.

SALIBA, M. G.. **Justiça restaurativa e paradigma punitivo**. Curitiba. Editora Juruá, 2009.

SANCHES, R. C. **Código Penal para Concursos**. 6 ed. Salvador: Juspodivm, 2013

SANTOS, J. C. **Teoria da pena – fundamentos políticos e aplicação judicial**. Curitiba: Lumen Juris, 2005

SILVA, D. P. **O art. 5º, III, da CF/88 em confronto com o sistema carcerário brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3145, 10 fev.2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21053>>.

TEIXEIRA, A. **Do sujeito de Direito ao Estado de Exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro**. 2006. 182f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.